



# territórios negros

Informativo de apoio às Comunidades Negras e Quilombolas • Publicações de KOINONIA

ano 9 • nº 38 • mar/abr 2009

## editorial



O período de março a abril foi todo tomado pela expectativa de votação da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), movida e defendida pela bancada ruralista contra o decreto presidencial que regulamenta a regularização fundiária das terras quilombolas.

O anúncio inicial de que a ADI estava na iminência de ser votada no Supremo Tribunal Federal (STF) resultou em uma forte mobilização das lideranças quilombolas, do MDA-Incra, assim como das organizações da sociedade civil que militam pelo direito à terra, pelos Direitos Humanos ou, diretamente, pelos direitos quilombolas.

Nesta mobilização, a grande conquista foi conseguir mais tempo antes da votação, de forma a permitir que os ministros do STF tivessem contato com os argumentos quilombolas. A primeira surpresa dos quilombolas e das assessorias neste primeiro contato com os ministros foi descobrir que eles estavam informados quase que exclusivamente pela bancada ruralista, que lhes apresentou, como documentos imparciais, as matérias da imprensa que eles mesmos providenciaram produzir e que tem alimentado uma forte e explícita campanha anti-quilombola. A segunda foi descobrir que os ministros tomavam tais matérias como documentos legítimos e dignos de fé. Finalmente, outra surpresa foi descobrir que, por outro lado, argumentos jurídicos de plena legitimidade, como aqueles que se baseiam na Convenção 169 da OIT (devidamente ratificados por lei do Congresso brasileiro em 2004) são, na prática, desconhecidos ou considerados exóticos por estes mesmos ministros.

Desde então, trabalha-se para que estes ministros recebam, em audiência, representantes do movimento quilombola e pesquisadores do tema. Um trabalho árduo, que não tem tido muito sucesso. Milita-se também para que seja aceito o pedido de realização de uma audiência pública sobre o tema, de forma a dar visibilidade às comunidades quilombolas e seus argumentos. Os obstáculos, porém são muitos e não vêm apenas de onde já se esperava. Uma série de injunções de interesses tem feito com que a própria SEPPIR e a Casa Civil venham apresentando uma postura ambígua com relação a direitos que, por função, elas deveriam defender.

Diante disso tudo, o Incra reduz o ritmo de produção dos seus Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação. Afinal, em função das indefinições decorrentes da expectativa com a votação da ADI, aqueles que vêm sendo encerrados tendem a não seguir seu curso administrativo. Em alternativa a isto, as comunidades quilombolas vão acessando outras políticas públicas, vão se fazendo visíveis por outros caminhos. Neste número do nosso informativo fazemos um balanço tanto dos avanços da bancada ruralista contra os direitos quilombolas, quanto destas outras formas de se dar visibilidade e garantir direitos às comunidades quilombolas.



• NACIONAL

**TERRITÓRIOS DA CIDADANIA INCLUEM QUILOMBOLAS**

O Governo Federal lançou a segunda etapa do programa Territórios da Cidadania. A principal novidade para este ano é a inclusão de áreas indígenas e quilombolas. Um dos objetivos centrais do programa, ampliado de 60 conjuntos de municípios para 120, é gerar renda por meio da atividade produtiva nas regiões mais carentes do Brasil. Para 2009 a meta é atender 581.108 famílias que produzem no campo, incluindo agricultores familiares, assentados da reforma agrária, quilombolas e indígenas.

**Fontes:** Pantanal News e Pravda (OQ em 27/03 e 3/4/2009)

**LANÇADA A II CONFERÊNCIA DE IGUALDADE RACIAL**

Foi lançada no dia 12 de março a II Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (II Conapir), em cerimônia no Salão Oeste do Palácio do Planalto. A solenidade marca o início da grande mobilização que resultará na Conferência Nacional (de 25 a 28 de junho), com o tema “Os avanços, os desafios e as perspectivas da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial”. A expectativa é que participem mais de mil e quinhentos delegados; antes da etapa nacional serão realizadas conferências estaduais e distritais e também plenárias com comunidades tradicionais de indígenas, ciganos, quilombolas e comunidades de terreiro.

**Fontes:** Alagoas em Tempo Real, Portugal Digital, Boletim Destaque Seppir (OQ em 13 e 17/03/2009 e 17/04/2009)

**PROCESSOS DE REGULARIZAÇÃO**

**MS - PICADINHA**

Designada equipe técnica do Incra para realizar, em junho, o levantamento de dados sobre ocupação e atualização cadastral dos imóveis rurais localizados no território de Picadinha, visando a titulação das terras da comunidade.

**Fonte:** Maracaju News (OQ em 30/04/2009)

**MS - FURNAS DO DIONÍSIO**

Publicada portaria (D.O.U., 27 de abril) reconhecendo como território da comunidade de Furnas do Dionísio uma área de 1.018,2796 hectares, em Jaraquari (51 km de Campo Grande), onde moram 92 famílias. O território foi titulado pela Fundação Palmares em 2000 e, três anos depois, o processo seguiu para o Incra para a demarcação.

**Fontes:** Maracaju News, MS Notícias, Jornal Dia a Dia (OQ em 30/04/2009)

**MG - MACHADINHO**

Publicada portaria (D.O.U., 10 de março) de identificação e delimitação do território quilombola de Machadinho, localizado no município de Paracatu (MG),

nas cabeceiras do rio São Francisco. O relatório elaborado por três antropólogos foi entregue ao Incra em 13 de janeiro de 2009.

**Fonte:** comunicação direta (OQ em 13/3/2009)

**MG - MARQUES**

Publicado o resumo (D.O.U., 16 de março) do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID - da Comunidade de Marques, localizada no município de Carlos Chagas, no Vale do Mucuri Mineiro.

**Fonte:** Comunicação enviada por Prof. Carlos Eduardo Marques (OQ em 17/3/2009)

**PR - PAIOL DE TELHA**

Após quatro anos de espera, a comunidade quilombola Invernada Paiol de Telha – Fundão decidiu ocupar o prédio do Incra do Paraná para cobrar o andamento do processo administrativo de titulação da comunidade. Os quilombolas vivem no local há quase 150 anos. Durante a ocupação foi entregue uma pauta de reivindicações ao Incra.

**Fonte:** Comunicação direta (OQ em 17 e 20/03/2009)

• NOS ESTADOS

**AP - ARCA DAS LETRAS CHEGA PARA QUILOMBOLAS**

Comunidades rurais de nove municípios do Amapá vão receber 30 bibliotecas do programa Arca das Letras. As bibliotecas atenderão famílias rurais de comunidades ribeirinhas, indígenas, remanescentes quilombolas, reservas extrativistas e assentamentos da reforma agrária.

**Fonte:** Jornal Amapá net (OQ em 17/4/2009)

**MA - POLÊMICAS EM TORNO DA BASE DE ALCÂNTARA**

O senador Edison Lobão Filho (PMDB) defendeu uma solução técnica urgente para definir as áreas pertencentes aos quilombolas e as da Base Espacial de Alcântara. Segundo ele, “O Maranhão perde milhões de dólares em investimentos em troca de uma agricultura de subsistência”. Em reunião no dia 10 de março, na sede da Fundação Cultural Palmares, a empresa binacional

ucraniana e brasileira Alcântara-Cyclone Space se comprometeu a envolver a participação das comunidades remanescentes de quilombo no estudo de impacto ambiental em Alcântara. Mas o diretor-geral da ACS e ex-ministro da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral, argumenta que o contato com os quilombolas do Maranhão “estão bloqueados por pessoas que se dizem quilombolas”. Diante da suposta intransigência dos quilombolas, organizações

da sociedade civil e instituições lançaram uma Nota Pública (Ver em Observatório Quilombola, 05/04/2009) para esclarecer pontos do debate.

**Fontes:** Imirante.com, Jornal O Globo, Justiça Global e Diário Pernambuco (OQ em 5 e 24/3/2009 e em 29/4/2009)

## **RIO GRANDE LUTA POR RECONHECIMENTO**

Um grupo de pesquisadoras orientadas pelo projeto Resignação Conceitual de Territoria-

bilidade Quilombola na Baixada Maranhense está ajudando uma comunidade do Povoado de Rio Grande em Bequimão a ser reconhecida como território de Quilombola. A comunidade de Rio Grande existe há mais de 200 anos e abriga 70 famílias em uma área de mil hectares. Através de palestras e cursos, os moradores da comunidade estão recebendo orientação para adquirir a titulação das terras e o desenvolvimento de ações nas áreas de

## **OS AVANÇOS DA BANCADA RURALISTA**

O julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 3239 (contra o decreto Presidencial 4887/2003, que estabelece procedimentos para a titulação dos territórios quilombolas) no Supremo Tribunal Federal (STF), inicialmente previsto para março, ainda não tem data marcada, mas pode acontecer a qualquer momento. Caso o decreto seja derrubado (julgado inconstitucional) as titulações no país podem sofrer grande retrocesso, com a anulação de todos os processos baseados no decreto.

O movimento quilombola, por meio da Conaq e de instituições parceiras, solicitou aos ministros do STF a realização de audiências públicas para tentar adiar ao máximo o julgamento e ganhar tempo para lhes expor a realidade das comunidades, já que, até agora, eles só ouviram a bancada ruralista. A iniciativa conta com apoio da Procuradoria Geral da República, que avalia com os ativistas as perspectivas e estratégias de ação. Entre elas, formas de mobilizar o movimento e a sociedade em favor dos quilombolas, por meio da imprensa, de seminários e debates em todo o país. Um manifesto pelos direitos quilombolas circula na internet. Para acessá-lo, basta clicar em: [www.PetitionOnline.com/conaq123/petition.html](http://www.PetitionOnline.com/conaq123/petition.html)

No Congresso Nacional, a Frente Parlamentar Agrícola (bancada ruralista) continua atuando para retardar as titulações quilombolas. Deputados e senadores estiveram no Incra para pedir a revisão de todos os processos em andamento que tiverem como base a revogada Instrução Normativa nº 20. Os parlamentares querem do Incra a aplicação da instrução normativa mais recente (IN 49), que estipula como área quilombola apenas as terras efetivamente ocupadas pelos remanescentes e não toda área necessária para as comunidades, como determinava

a IN 20, fundamentada no conceito de terras tradicionalmente ocupadas. Com base nesse argumento, o principal interlocutor da frente parlamentar, o deputado Valdir Colatto (PMDB-SC) engrossou o discurso contra a comunidade Invernada dos Negros (SC) e cobrou do Incra a reavaliação imediata do processo de titulação, que deveria ser refeito seguindo a instrução normativa mais recente.

Os deputados e senadores da bancada ruralista ainda cobraram da Advocacia Geral da União (AGU) uma posição sobre as propostas de alteração do Decreto 4887, encaminhadas por eles ao órgão no ano passado. Entre elas, a de que somente as terras efetivamente ocupadas devem ser tituladas. O advogado-geral da União, José Antônio Dias Tóffoli, que já tinha se manifestado a favor dessa alteração, pediu um prazo maior para analisar as propostas. O argumento dos parlamentares é o mesmo utilizado contra os sem terra: evitar prejuízos aos produtores rurais.

Finalmente, por meio de um projeto de lei de Paulo Piau (PMDB-MG), o mesmo grupo de interesses pretende criar um sistema de indenização para os produtores rurais desapropriados para fins de ocupação de quilombolas, indígenas ou reservas extrativistas. Se aprovado o projeto, a desapropriação se tornará um bom negócio, já que o pagamento da indenização ao produtor rural será em espécie, em moeda corrente e à vista. E o valor será calculado através do “lucro cessante”, ou seja, aquilo que o produtor rural avalia que deixará de receber entre o momento de desapropriação da terra e momento em que a sua nova propriedade passe a gerar lucro.

*Colaboração de Isabela Vieira, jornalista*

produção cultural, apoio a ações direcionadas aos remanescentes de quilombos.

**Fonte:** Jornal Pequeno (OQ em 15/04/2009)

## PA - JUSTIÇA PROTEGE QUILOMBOLAS NO MARAJÓ

A Justiça Federal determinou que o fazendeiro Liberato Castro, da ilha do Marajó, não pode expulsar famílias remanescentes de quilombo que vivem entre os igarapés Murucutu e Caju, no município de Cachoeira do Arari. Caso impeça a comunidade de praticar pesca e extrativismo no local, o criador de búfalos pode receber uma multa diária de R\$ 100 mil.

**Fonte:** Procuradoria da República no Estado do Pará (OQ em 4/3/2009)

## PE - COMUNIDADES TERÃO CASAS DE ALVENARIA

Comunidades quilombolas de Pernambuco estão sendo beneficiadas com a substituição das casas de taipa por moradias de alvenaria. As obras, nas comunidades localizadas nos municípios de Cabrobó, Mirandiba, Carnaubeira da Penha e Custódia, estão sendo realizadas pela Funasa e fazem parte Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional.

**Fontes:** Alagoas em Tempo Real, Agência Brasil e Pravda (OQ em 12 e 17/3/2009)

## FUTEBOL NA LUTA CONTRA PRECONCEITO

O programa televisivo Esporte Espetacular apresentou no domingo 8 de março matéria em que mostra como jovens quilombolas da comunidade Conceição das Crioulas, em Pernambuco, recorrem ao esporte para levar mensagem contra a discriminação social, de raça e sexo.

**Fonte:** Esporte Espetacular (TV Globo) (OQ em 17/3/2009)

## PROJETO SEMENTE CRIOLA NO SEMI-ÁRIDO

A Embrapa assinou com a Seppir termo de cooperação para implementação do projeto Semente Crioula- Resistência Quilombola: Soberania Alimentar na Caatinga. Cinco comunidades quilombolas do semi-árido do estado de Pernambuco serão beneficiadas. Mais da metade dos seus moradores sofre de insegurança alimentar.

**Fontes:** CCLF, Seppir, Canal Rural Portugal Digital, África 21, Diário de Pernambuco, Pravda (OQ em 8, 15, 17 e 25/4/2009).

## AL - FESTIVAL CULTURAL QUILOMBOLA

Foi realizado entre os dias 9 e 11 de março, em Santana do Mundaú, o I Festival de Cultura e Cidadania dos Quilombos do Vale do Mundaú. O principal objetivo do evento é levar à população o conhecimento da cultura afro que existe na comunidade e no estado, e promover o resgate deste legado histórico.

**Fonte:** Gazeta web (OQ em 13/3/2009)

## COMUNIDADE DE FILUS LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA

Na zona rural de Santana do Mundaú, a 104 quilômetros de Maceió, vivem os quilombolas da comunidade Filus. Em um pequeno e estéril pedaço de terra, sem água limpa para beber, desassistidos e privados completamente dos direitos básicos do cidadão, os moradores ainda enfrentam problemas de saúde como o câncer de pele, uma consequência do albinismo, muito freqüente entre os seus moradores. Com o apoio do Iteral e do Instituto Irmãos Quilombolas, todos os quilombolas de Filus iniciarão um acompanhamento médico no Hospital Universitário, em Maceió, que visa prevenir e monitorar possíveis doenças provocadas em decorrência do albinismo.

**Fonte:** Primeira Edição, Gazeta de Alagoas e Alagoas em Tempo Real (OQ em 4/3/2009); Jornal Primeira Edição (OQ em 25/3/2009)

## PROJETO MACAMBIRA NA COMUNIDADE DE PUXINANÃ

Uma "Caravana da Cidadania", formada por representantes das secretarias da Mulher, da Cidadania e dos Direitos Humanos e do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos, esteve no dia 18 de março visitando a comunidade quilombola Puxinanã, reconhecida pela FCP. Puxinanã foi escolhida para ser a comunidade piloto nas ações do projeto Macambira, que busca promover a cidadania por meio do desenvolvimento sustentável e integrado em 19 povoados de seis municípios da Bacia Hidrográfica de Traipu, compreendida nas regiões do Agreste e Sertão alagoanos. O Macambira envolve, entre outras coisas, a oferta de água potável para as populações, tendo ainda a educação como foco do processo.

**Fonte:** Primeira Edição (OQ em 4/3/2009); Gazeta de Alagoas (OQ em 24/3/2009)

## POLÍTICAS PARA QUILOMBOLAS

Uma comissão formada por representantes de municípios alagoanos que tenham comunidades quilombolas e a secretaria estadual da Mulher, Cidadania e Direitos Humanos vão trabalhar em conjunto na captação de recursos federais que atendam as necessidades dos quilombolas no estado. A idéia da Associação dos Municípios Alagoanos (AMA) é garantir agilidade e construir uma agenda única para que as intenções se transformem em projetos a serem enviados a Brasília. Pelo diagnóstico estadual, dos 54 grupos remanescentes, apenas 23 foram reconhecidos pela FCP. Os dados apontam ainda que 99% não têm saneamento; 65% vivem em casas de taipa; 85% não têm água; em 45% faltam escolas; 98% não tem acesso a terra e

75% estão muito distantes de um posto de saúde.

**Fonte:** Primeira Edição (OQ em 17/3/2009); Correio do Povo e Alagoas 24 Horas (OQ em 20/3/2009); Jornal Gazeta Web (OQ em 25/3/2009)

## **BA - AMEAÇAS A SÃO FRANCISCO DO PARAGUAÇU**

O quilombo de São Francisco do Paraguaçu, localizado no município de Cachoeira, mais uma

vez enfrenta ameaças. Desde que a comunidade foi certificada pela FCP, em 2005, os proprietários da região têm movido uma série de ações judiciais para contestar a legitimidade deste reconhecimento. Os moradores têm sido ameaçados por pistoleiros e capangas da região. A comunidade de São Francisco do Paraguaçu é composta por cerca de 350 famílias que se auto-re-

conhecem como quilombolas e afirmam a sua cultura negra de resistência.

**Fonte:** AATR (OQ em 24/3/2009)

## **COMISSÃO PARA ACOMPANHAR REGULARIZAÇÕES QUILOMBOLAS**

Para acompanhar, avaliar e encaminhar as ações relacionadas à regularização das terras

## **MOMENTO DE PERIGO PARA O MOVIMENTO QUILOMBOLA**

Em contraposição aos números alarmantes daqueles que anunciam uma “revolução quilombola”, alguns balanços recentes tornam evidente a precariedade das conquistas dos remanescentes de quilombo: o Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil, produzido pelo Laboratório de Análises Econômicas e Sociais da UFRJ, aponta para as limitações das políticas voltadas para os remanescentes de quilombo, sobretudo no que diz respeito à baixa proporção de comunidades quilombolas tituladas. Além disto, durante a 47ª Assembléia da CNBB, a Comissão Pastoral da Terra divulgou relatório no qual aponta as populações tradicionais como as mais atingidas pelos conflitos agrários no Brasil em 2008.

Diante deste momento de perigo, movimentos e assessorias se articulam para colocar o tema na agenda da sociedade civil, como estratégia para a garantia dos dispositivos que sustentam os direitos quilombolas. Além da proposição de um “Manifesto dos Direitos Quilombolas”, em circulação na internet e disponível para adesões, a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) solicitou a organizações de assessoria ou de militância na questão fundiária que encaminhem aos ministros do STF pedidos de audiência pública prévia ao julgamento da ADIn, tendo ela mesma protocolado um pedido em 10 de março. Koinonia Presença Ecumênica e Serviço endossou o pedido, e a Igreja Episcopal Anglicana Brasileira se dirigiu ao ministro Cezar Peluso, relator do caso, pela manutenção do Decreto nº 4887.

O apelo à opinião pública internacional constitui outro instrumento fundamental para a resistência aos assédios da Direita, ao apontar para padrões democráticos globalizados. A Conaq divulgou, durante a conferência para a revisão do programa de Durban (contra o racismo, a xenofobia e intolerâncias correlatas), na Suíça, a “Carta de Genebra em Defesa

dos Direitos Quilombolas”. Na carta, denuncia as estratégias de oposição aos direitos quilombolas e chama a atenção para a particularidade de um momento no qual “uma vitória ou uma derrota (...) abrirá precedente para casos parecidos de fortalecimento ou fragilização da luta desses povos em toda a América Latina e no mundo”.

A defesa dos direitos quilombolas está fortemente apoiada na Convenção nº 169 da Organização Mundial do Trabalho, que trata dos povos indígenas e tribais. Em 2008, foram elaborados relatórios autônomos da sociedade civil sobre o cumprimento, pelo Governo brasileiro, dos termos desta Convenção, que ele mesmo assinou e ratificou. Este não é, entretanto, apenas um apelo aos princípios de um direito étnico internacional, mas a organizações transnacionais que, diante da ameaça aos direitos fundamentais dos grupos étnicos, possam exercer sobre o governo brasileiro a necessária pressão política. A própria OIT confirmou, em relatório recente, o descumprimento da Convenção 169 pelo governo brasileiro, se manifestou acerca das regras mínimas para a realização de consultas administrativas ou legislativas, e ofereceu assistência técnica ao Brasil para promover a “adequada implementação” da Convenção nº169.

Nossa Suprema Corte, ao mostrar suas entranhas em rede nacional, revela o quanto deriva suas decisões de fatores políticos os mais diversos. Diante da iminência da votação da ADIn, mais que articular bons argumentos jurídicos, o movimento quilombola está diante do desafio de se fazer ouvir nos espaços públicos, nas ruas ou nas redes.

*André Luiz Videira de Figueiredo  
(consultor do programa Egbé Territórios Negros,  
pesquisador do IUPERJ)*

devolutas utilizadas pelas comunidades quilombolas, a Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária da Bahia (Seagri) anunciou a criação da Comissão de Avaliação das áreas públicas. A equipe já está trabalhando para permitir que os quilombolas que vivem em comunidades na Bahia reconhecidas pela FCP, tenham suas terras medidas e georreferenciadas.

**Fonte:** Correio da Bahia (OQ em 7/4/2009) e AGECOM-BA (OQ em 8/4/2009)

### **PRESSÃO CONTRA BARRA DO PARATECA**

Das 21 ações judiciais contrárias à demarcação de territórios quilombolas no Brasil protocoladas em 2008, 14 dizem respeito à comunidade de Barra do Parateca. Localizado no município de Carinhanha, Bahia, os quilombolas recebem ameaças constantes dos fazendeiros da região que têm interesse na área. A comunidade foi certificada pela FCP em 2005, mas ainda aguarda a conclusão do relatório antropológico e de outros itens que compõem o relatório técnico de identificação e delimitação (RTID). O relatório antropológico começou a ser feito em setembro de 2008 e a previsão é que termine em julho deste ano.

**Fonte:** Repórter Brasil (OQ em 29/4/2009)

### **MT - FUNASA INVESTE EM COMUNIDADES**

A Coordenação Regional da Funasa em Mato Grosso, com recursos do PAC/Funasa, está implantando e ampliando a rede de água e Melhorias Sanitárias Domiciliares (MSD) em 12 comunidades quilombolas certificadas pela FCP. No município de Poconé, os investimentos em banheiros para as comunidades de Jejum, Capão Verde, Morri-

nho, Pantanalzinho, Boi de Carro, Nossa Senhora Aparecida de Chumbo, Campina de Pedra, Rodeio, São Benedito, Laranjal, são de mais de R\$ 505 milhões, contemplando 130 famílias – cerca de 550 pessoas. Além de melhorias sanitárias, o programa investe também em abastecimento de água, melhorando a qualidade da higiene e saúde de mais de duas mil pessoas. No município de Acorizal, serão investidos quase R\$ 1 milhão em saneamento básico nas comunidades quilombolas Aldeia e Baús, onde residem mais de 2.100 pessoas.

**Fonte:** Gazeta Digital (OQ em 16/4/2009)

### **MS - CASAS PARA QUILOMBOLAS**

No mês de abril, o governo do Mato Grosso do Sul lançou mais uma etapa do Programa Casa da Gente, que prevê a construção de 150 casas em comunidades quilombolas certificadas pela FCP, distribuídas em sete comunidades nos municípios de Campo Grande, Corguinho, Jaraguari, Maracaju, Nioaque e Pedro Gomes.

**Fonte:** Pantanal News (OQ em 3/4/2009) e Aquidauana News (OQ em 29/04/2009)

### **GO - HIDRELÉTRICA AMEAÇA TITULAÇÃO**

A implantação de uma pequena central hidrelétrica na área do território quilombola Kalunga, no norte de Goiás, pode colocar em risco todo o processo de titulação das terras remanescentes de quilombos. O alerta foi feito por representante da Seppir em audiência pública no dia 2 de abril, que discutiu o estudo de impacto ambiental do empreendimento. O território Kalunga foi titulado em 2000 pela FCP. O Incra montou um grupo de trabalho para realizar um levantamento e inter-

vir no procedimento regularizatório da área. O Ministério Público de Goiás pretende aprofundar a análise dos impactos fundiários da construção da usina no processo de regularização do território quilombola.

**Fonte:** Correio da Bahia (OQ em 07/04/2009)

### **ES - DENÚNCIA CONTRA SUPERINTENDENTE DO INCRA**

No dia 13 de março a Associação dos Servidores do Incra – Assincra - no Espírito Santo divulgou Nota Pública em que expõem “as articulações que vêm sendo travadas entre o Superintendente Regional do Incra e conhecidos representantes de interesses políticos contrários à titulação dos territórios tradicionais das comunidades quilombolas no estado”. Em reação à Nota Pública, a Superintendência do Incra no estado divulgou Nota Oficial onde declara serem inverídicas as acusações e suspeitas levantadas.

**Fonte:** Assincra e Incra/ES (OQ em 17 e 20/03/2009)

### **RJ - MACHADINHA PARTICIPA DE INTERCÂMBIO**

O município de Quissamã, no Norte Fluminense, promoveu no mês de março, o Seminário França Brasil, buscando o desenvolvimento de um turismo sustentável, através de intercâmbio cultural. Quissamã, cidade rica em patrimônio arquitetônico e reservas naturais, firmou convênio com os franceses para parceria em cursos de gastronomia. O almoço servido para os participantes do seminário teve como tema culinário Raízes do Sabor, com pratos feitos por quilombolas que moram na Fazenda Machadinho,

**Fonte:** Jornal O Globo (OQ em 04/03/2009)

## CAMPINHO DA INDEPENDÊNCIA FESTEJA 10 ANOS DE TITULAÇÃO

Localizado no município de Paraty, os remanescentes de quilombos do Campinho da Independência comemoraram entre os dias 20 e 22 de março, os 10 anos de titulação do quilombo. Estiveram presentes as comunidades de Sacopã (Lagoa), Marambaia (Mangaratiba), Maria Conga (Magé), Santa Rita do Braçuhy (Angra dos Reis), Rasa (Búzios), Patrimônio (Paraty). Além da programação cultural e da tradicional feijoada, aconteceram debates e expressivos diálogos entre os representantes e líderes quilombolas presentes, com ênfase a importância da titulação dos territórios quilombolas.

**Fonte:** Comunicação Direta (OQ em 24/03/2009)



Vânia Guerra, quilombola da Ilha da Marambaia, nos 10 anos de Campinho

## II ENCONTRO ESTADUAL DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Entre os dias 3 e 5 de abril foi realizado o II Encontro das Comunidades Quilombolas do Estado do Rio de Janeiro, reunindo mais de 100 quilombolas de dez comunidades do estado. O evento foi organizado pela Acquilerj e contou ainda com a presença de membros da Conaq e do Incra. As atividades foram divididas com encontros no Quilombo do Sacopã (Lagoa Rodrigo de Freitas), sede da Acquilerj e Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj).

Foram debatidos temas como a conjuntura da luta quilombola no estado do Rio de Janeiro e a pressão sobre os direitos quilombolas, com destaque para a votação da Adin 3239 no STF, que foi discutida em mesa redonda com a participação de Ronaldo dos Santos (presidente da Acquilerj), José Mauricio Arruti (PUC-RJ e KOINONIA); Givânia Maria da Silva (Incra) e Damião Braga (vice-presidente da Acquilerj e presidente da Arqpedra). Ao final do encontro foi votada uma Moção de Apoio aos direitos quilombolas e houve a filiação a Acquilerj dos Quilombos de Feital (Magé), Botafogo (São Pedro Aldeia) e Cruzeiroinho (Natividade).

**Fonte:** KOINONIA/OQ (OQ em 16/04/2009)



Encontro Estadual no Quilombo Sacopã (RJ)

## SP - IVAPORUNDUVA SEDIA ENCONTRO

O desenvolvimento sustentável e a titulação de terras foram os principais temas abordados durante o Encontro Estadual das Comunidades Quilombolas do Estado de São Paulo, realizado de 16 a 19 de abril na comunidade de Ivaporanduva, em Eldorado, na região do Vale do Ribeira. Estiveram presentes representantes do Itesp, do Incra de São Paulo e Brasília, da Seppir, da Conaq, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos e do Consea. A intenção do encontro foi promover o entendimento entre Itesp e Incra na atuação juntos aos territórios quilombolas do estado.

**Fonte:** Boletim Itesp, nº. 111 (OQ em 29/04/2009)

## PR - PROJETO CASA QUILOMBOLA

O governo do Paraná anunciou o início da construção das primeiras 74 casas do projeto Casa Quilombola, em Adrianópolis, Vale da Ribeira. Segundo a Companhia de Habitação do Paraná, foram liberados R\$ 4,9 milhões para a construção de 200 casas nas 13 comunidades quilombolas de Adrianópolis, e ainda a construção de casas e infraestrutura nas comunidades quilombolas de Palmital dos Pretos, em Campo Largo e Socavão, em Castro.

**Fonte:** Jornale e Bem Paraná (OQ em 5 e 7/04/2009)

## INCRA DEFENDE DEMARCAÇÃO DE INVERNADA DOS NEGROS

O processo de demarcação da terra quilombola Invernada dos Negros, na região centro-oeste de Santa Catarina, foi contestado pelos deputados Valdír Colatto (PMDB-SC) e Luis Carlos Heinze (PP-RS), ambos representantes da Frente Parlamentar da Agropecuária (Bancada Ruralista). Os deputados alegaram que a demarcação das terras estava sendo orientada pela antiga Instrução Normativa de 2005. A Superintendência estadual do Incra, rejeitou o pedido de revisão e os trabalhos de demarcação deverão continuar normalmente. A área contestada pelos deputados soma um total de oito mil hectares, abrangendo os municípios de Campos Novos e Abdon Batista. De acordo com o Incra, o processo de demarcação e identificação das terras já foi realizado. O próximo passo é iniciar o processo de desapropriação das áreas em favor dos remanescentes quilombolas.

**Fonte:** Agência Chasque e Agora MS (OQ em 4 e 27/3/2009)

### O ABOLICIONISTA ABDON E AS REDES DA LIBERDADE EM CAMAMU (BA)

A “rede da liberdade” foi uma articulação entre abolicionistas com o objetivo de conquistar a liberdade dos escravos nos últimos anos de vigência da escravidão legal no Brasil. Para isso, faziam uso de ações movidas na justiça que se assentavam na Convenção de 1826, entre o Brasil e a Grã-Bretanha, cuja finalidade foi “*por termo ao comércio de escravatura da Costa da África*”, estabelecendo que, após três anos, (1827 a 1830) não seria mais lícito ao Império do Brasil comercializar escravos na Costa da África, equiparando sua prática à pirataria.

A estratégia das redes abolicionistas era percorrer cartórios em busca de irregularidades nas matrículas dos africanos e, em seguida, reunir testemunhas para depor em favor dos cativos. Reunia simpáticos à causa abolicionista e escravos. A repercussão destas ações afetava financeiramente e moralmente o poderio dos senhores de escravos. Isso atingiu diretamente os senhores de escravos do Baixo Sul da Bahia, em especial de Camamu.

Uma das figuras mais mencionadas nestas redes foi o curador Abdon Ivo de Moraes Vieira que, a exemplo de outros curadores, abolicionistas e juizes, fazia uso principalmente dos argumentos da *importação ilegal* e da *filiação desconhecida*. Sob este segundo argumento os senhores que não identificassem para os seus escravos uma mãe igualmente escrava, como determinava a lei brasileira, eram submetidos a processos mais rápidos, que em poucos meses davam ganho de causa aos escravos. Os dois argumentos estavam pautados na Convenção de 1826 e as ações eram movidas pelos próprios escravos que buscavam testemunhas entre seus grupos de amigos e parentes.

Além disso, Abdon ficou conhecido por fundamentar a argumentação de defesa da liberdade dos escravos não apenas nas provas documentais, mas também nas falas dos cativos. Esta estratégia contribuiu para um importante registro do protagonismo escravo em acionar tais redes em busca de liberdade. Também permitiu que se produzissem documentos ricos em detalhes, que complicaram em muito a defesa escravocrata que muitas vezes desistiam do processo antes mesmo deste ser concluído. Com esta estratégia, dezenas de escravos das proprieda-



Camamu, Sul da Bahia

des agrícolas de Marau, Camamu e Barra do Rio de Contas, no Sul da Bahia, foram libertos.

Abdon era fazendeiro em Barra do Rio de Contas e era conhecido por acobertar escravos em sua propriedade. Foram localizados 22 processos, entre os anos de 1884 e 1888, envolvendo cerca de 50 cativos e tendo como curador o abolicionista Abdon que, não raro, era acusado de *abolicionista por dinheiro*, charlatão e usurpador. As argumentações de Abdon e das redes abolicionistas estavam, porém, de acordo com os documentos oficiais, bastando para isso saber manipular a lei, coisa que em geral era atributo dos poderosos. Por isso, segundo os pesquisadores, a participação de abolicionistas como Abdon foi fundamental no período: *‘Conhecedores dos meandros da justiça, estes letrados, râbulas, bacharéis e juizes deram aos cativos a possibilidade de contestar o direito de propriedade que em outros tempos parecia inalável’* (SILVA, 2002).

Antonio Carvalho Costa,  
historiador pela PUC-SP e assistente do Programa  
Egbé Territórios Negros de KOINONIA

Fonte: SILVA, Ricardo Tadeu Caíres. “Memórias do tráfico ilegal de escravos nas ações de liberdade: Bahia, 1885-1888”. In: *Afro-Ásia*, 35 (2007). 37-82.

### COMUNIDADE DE JESUS (RO)

Localizada a 108 km do Município de São Miguel do Guaporé, no coração de Rondônia, vive a Comunidade de Jesus. A comunidade foi a sexta a ser certificada pela FCP no estado (em 2006), e a primeira a ter seu relatório de reconhecimento territorial publicado pelo Incra (em 2009).

Suas origens remontam à década de 1940, quando Jesus Gomes de Oliveira abandonou seus trabalhos na extração de borracha nas imediações de Limoeiro, para tentar sorte por conta própria em outra região.

Em 1959, Jesus chegou às terras que a comunidade ocupa até os dias atuais. Casou-se com Luísa Assunção, que já habitava a região com sua família, também trabalhando na extração de borracha. Com o declínio dos preços do produto, a família de Dona Luísa migrou, deixando na região apenas o casal com seus 12 filhos. Com o tempo, estes filhos constituíram suas próprias famílias. A população da comunidade conta, hoje, com um total de 56 pessoas, distribuídas por quatro grupos familiares principais, todos vinculados a Seu Jesus.

A vida às margens do rio São Miguel implicava inúmeras dificuldades, mas a complementação dos trabalhos na borracha com a pesca, a caça, a coleta do cacau nativo e o plantio de mandioca para a produção de farinha, permitiu que a família reunisse os recursos necessários à construção de um pequeno barracão para guarda e depósito dos gêneros deixados pelos regatões durante suas incursões na região.

Nas décadas de 1970 e 1980, com a extensão do eixo da BR-364 e o conseqüente avanço das frentes de expansão econômica, as terras da região do São Miguel passaram por sucessivos processos de ocupação e colonização de base agropastoril. Neste contexto, as terras ocupadas pela família de Seu Jesus foram invadidas por um projeto de assentamento, o projeto "Primavera", que se transformou em fonte de especulação imobiliária: as terras destinadas aos colonos do projeto terminaram sendo vendidas a fazendeiros, convertendo a região em uma área de latifúndios pecuaristas.

Depois que as melhores terras foram ocupadas pelos grandes pecuaristas, a família de Seu Jesus ficou relegada às áreas alagadiças e suas atividades econômicas ficaram restritas à agricultura e à pecuária de subsistência.

Além disso, tais fazendeiros fecharam as estradas públicas, controlando o acesso dos moradores às suas terras, inclusive os da comunidade quilombola. Um dos fazendeiros chegou a justificar suas

restrições, impostas por meio de sucessivas portarias, argumentando que Seu Jesus "não impede ninguém de pescar em suas terras e com isso o peixe tem ficado escasso". Este mesmo fazendeiro denunciou Seu Jesus ao IBAMA em 2005, por extração ilegal de madeira, mas sem conseqüências práticas. Na verdade, o órgão vê a conclusão do processo de titulação da comunidade como um anteparo aos avanços dos fazendeiros sobre as terras, imediatamente contíguas da Reserva Biológica do Guaporé, construída em 1982.

*Daniela Yabeta*  
*Historiadora – Mestranda em História*  
*das Instituições (UNIRIO)*

#### Bibliografia

TEIXEIRA, Marco Antonio Domingues. **Quilombo de Jesus**. Vale do Rio São Miguel/Rondônia. **Aspectos da ocupação territorial**. Revista Saber Científico. páginas 1-26. Porto Velho. Rondônia.

Portal do Ministério do Desenvolvimento Agrário ([www.mda.gov.br](http://www.mda.gov.br)). Notícia de 11 de fevereiro de 2009, visitado em 20/04/2009.

Portal Observatório Quilombola ([www.koinonia.org.br](http://www.koinonia.org.br)). Notícia de 26 de setembro de 2006, visitado em 20/04/2009.

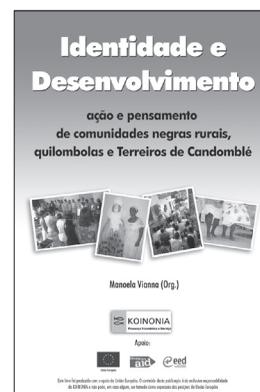
Portal da Fundação Cultural Palmares ([www.palmares.gov.br](http://www.palmares.gov.br)) visitado em 23/04/2009.

## conheça

### KOINONIA LANÇA LIVRO SOBRE COMUNIDADES NEGRAS TRADICIONAIS E DESENVOLVIMENTO

Lançado em abril, em Salvador (BA), o livro "Identidade e Desenvolvimento – ação e pensamento de comunidades negras rurais, quilombolas e Terreiros de Candomblé" registra reflexões das comunidades de Terreiros de Candomblé de Salvador e das comunidades negras rurais e quilombolas do Baixo Sul da Bahia sobre o tema do desenvolvimento. O livro contém textos produzidos coletivamente por representantes destas comunidades, além do conjunto de compromissos assumidos pelas autoridades presentes ao Seminário promovido por Koinonia em outubro de 2008, em Salvador. Acompanha o livro um DVD com a série de vídeos Tradição e Desenvolvimento. A publicação é fruto de um processo de Capacitação iniciado em 2007 e co-financiado pela União Européia, Christian Aid e Church Development Service (EED). Para comprar mande um e-mail para [distribuicao@koinonia.org.br](mailto:distribuicao@koinonia.org.br)

**Fonte:** KOINONIA (OQ em 03/04/2009)



## fala quilombola

O Paraná é o primeiro estado a encaminhar uma proposta oficial de educação diferenciada quilombola e, para isso, a Secretaria Estadual de Educação escolheu a comunidade de João Surá como referência na elaboração de seu documento de base. A comunidade, localizada no município de Adrianópolis, às margens do Rio Pardo, na divisa dos estados do Paraná e de São Paulo (Vale do Ribeira), recebeu uma escola estadual e apoiou a elaboração do documento. Nele ganham destaque as reflexões de Antônio Carlos de Pereira Andrade sobre o tema da educação, das quais trazemos alguns trechos:

*"No campo o que a gente percebe é que as crianças enfrentam as dificuldades de deslocamento da comunidade até a sala de aula. Então, os alunos estão perdendo a vontade de estudar, devido a esse motivo da caminhada. Já existe uma discriminação do afastamento pela questão da distância, e quando se trata de negro é uma coisa ainda mais séria, porque você percebe que há uma rejeição. Isso aconteceu com a minha filha, quando ela saiu do seu ambiente ali do campo para ir para a sala de aula. Um ensinamento completamente fora de sua realidade. Quando vai para a sala de aula urbana, vai aprender uma coisa que não está no seu dia-a-dia, no seu cotidiano, que está sempre dirigindo a criança para ir para a cidade grande.*

*O que a gente gostaria pra comunidade é que se fosse trabalhar a diversidade de coisas que existem ali. A gente que trabalha com a galinha, com o porco, com a variedade de planta que está ali ao redor. Então essa diversidade é que a gente percebe que está se perdendo. [...] E outra coisa é a relação com o meio ambiente, porque quando não há uma educação adequada para que as pessoas aprendam, elas começam a desmatar em volta das nascentes, tudo vai se perdendo. Então tem que haver um equilíbrio, tem que trabalhar com uma educação. [...]*

*[...] Hoje, com a proibição do menor trabalhar..., isso só é válido mesmo lá fora, na cidade. Mas aqui não, ele nasce e já está lá no mato com a enxadinha. Não é que ninguém obrigue, é que é aquilo. [...] Já é uma coisa do sangue.*

*O contexto do que as crianças aprendem na sala de aula, na contribuição pedagógica, os conteúdos passados para as crianças não estão batendo com a realidade da vivência dela no campo. Então é uma coisa que vocês, como técnicos, e os professores também, tem que ter uma formação melhor, para que eles atendam essas necessidades da realidade da criança no campo".*

Fonte: "Uma proposta pedagógica experimental". Curitiba: 2008 (versão preliminar). Coordenação da Educação no Campo / Secretaria de Estado da Educação do Paraná. [trechos selecionados e editados]

## siglas usadas nesta edição

- Adin** - Ação Direta de Inconstitucionalidade
- Conaq** - Coordenação Nacional de Articulação de Comunidades Negras Rurais Quilombolas
- Incra** - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- Acquilerj** - Associação das Comunidades Quilombolas do Estado do Rio de Janeiro
- Arqpedra** - Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo Pedra do Sal
- Seppir** - Secretaria Especial de Promoção de Igualdade Racial da Presidência da República
- Itesp** - Instituto de Terras de São Paulo
- Iteral** - Instituto de Terras de Alagoas
- Consea** - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
- D.O.U.** - Diário Oficial da União
- F.C.P.** - Fundação Cultural Palmares
- P.A.C** - Programa de Aceleração do Crescimento

## territóriosnegros

Este informativo é parte do projeto de comunicação do Observatório Quilombola (OQ), produzido pelo programa EGBÉ TERRITÓRIOS NEGROS de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço. Sua periodicidade é bimestral e destinada à distribuição entre as comunidades negras. Também encontra-se em formato digital no site KOINONIA. Colabore com notícias e manifeste sua opinião.

**Editor:** José Maurício Arruti

**Pesquisa:** Andréa Carvalho, Ana Gualberto e Antonio Carvalho Costa

**Diagramação:** Eduardo Souza

**Redação:** Helena Costa e Márcia Evangelista de Souza

**Revisão:** Márcia Evangelista de Souza

**Secretário-executivo de KOINONIA:** Rafael Soares de Souza

KOINONIA Presença Ecumênica



Rua Santo Amaro, 129 - Glória - 22211-230  
Rio de Janeiro - RJ  
Tel. (21) 3042-6445 Fax (21) 3042-6398



territoriosnegros@koinonia.org.br  
oq@koinonia.org.br  
www.koinonia.org.br/oq

Lapf - Laboratório de Antropologia dos Processos de Formação/  
Departamento de Educação da PUC-Rio

### APOIO



NORWEGIAN CHURCH AID

CHURCH WORLD SERVICE



FORD FOUNDATION



Canadian  
International  
Development  
Agency

Agence  
canadienne de  
développement  
international

Igreja Unida do Canadá

Esta publicação foi feita com o apoio da União Europeia. O conteúdo desta publicação é da exclusiva responsabilidade de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço e não pode, em caso algum, ser tomado como expressão das posições da União Europeia